

PROJETO DE LEI Nº....., DE 2003.

(Do Sr. Cabo Júlio)

Acrescenta artigo à Lei nº 9034, de 3 de maio de 1995, que dispõe sobre a utilização de meios operacionais para a prevenção e repressão de ações praticadas por organizações criminosas, e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta lei acrescenta artigo à Lei nº 9.034, de 3 de maio de 1995, possibilitando a requisição de segurança pessoal ao juiz do processo ou da execução, ou membro do Ministério Público.

Art. 2º A Lei nº 9.034, de 3 de maio de 1995, passa vigorar acrescida do seguinte artigo:

“Art. 11 – A. É assegurado ao juiz do processo ou da execução, bem como ao membro do Ministério Público, segurança pessoal do órgão policial competente, mediante requisição do Tribunal”. (AC)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

O recente episódio da morte de um magistrado por supostas atuações de organizações criminosas atingiu gravemente as estruturas do Poder Judiciário, e, também do Ministério Público. A ousadia dos criminosos procura disseminar o terror entre os que atuam para a operacionalização da lei penal. O Estado não pode deixar que tais criminosos ameacem um Poder, pois isso atinge toda a sociedade e ameaça a própria estrutura da democracia, desmoralizando as autoridades públicas.

O Projeto de Lei procura dar um instrumento a mais para os membros do Poder Judiciário e do Ministério Público, garantindo-lhes a requisição de segurança pessoal, dando-lhes maior segurança para atuar contra os bandidos.

A proposta centraliza a requisição no Tribunal porque nos estados, em geral, existe um órgão policial especializado para tais funções e seria melhor, mais racional, que as requisições partissem também de um único órgão do Poder Judiciário, onde todos os juízes pudessem se reportar. O controle seria bastante facilitado.

Nesse sentido estamos tentando melhorar as condições de trabalho de nossos magistrados e dos promotores públicos. Essa garantia é essencial para o efetivo combate ao crime organizado. Assim, solicito aos colegas parlamentares o aperfeiçoamento e a aprovação do presente projeto, por ser medida justa e necessária para a manutenção do Estado de Direito.

Brasília, 19 de março de 2003.

Deputado CABO JÚLIO